

A IMPORTÂNCIA DA RELEITURA DAS DEFINIÇÕES CRISTOLÓGICAS DO CONCÍLIO DE NICEIA (325) PARA OS DIAS ATUAIS

THE IMPORTANCE OF RE-READING THE CHRISTOLOGICAL DEFINITIONS OF THE COUNCIL OF NICEA (325) TO THE CURRENT DAYS

Alan da Cruz Joaquim¹

Resumo: A intenção principal deste artigo é observar o fato de que para uma autêntica vivência da fé cristã se faz necessário um profundo conhecimento da Pessoa de Jesus Cristo e, para isto, podemos lançar mão das definições cristológicas do Concílio de Niceia, que declarou ser Cristo *consustancial* ao Pai. Observaremos também como a definição de Niceia está presente na liturgia e nos trabalhos pastorais da Igreja. Trata-se de uma busca por respostas aos que desejam dar razões para sua fé, utilizando as definições dogmáticas da Igreja em seus primórdios e como a Igreja tem apresentado em seu Magistério recente, sobretudo por meio do Concílio Vaticano II e Catecismo.

Palavras-chave: Jesus Cristo. Concílio de Niceia. Consustancial. Concílio Vaticano II. Catecismo da Igreja Católica.

Abstract: The main intention of this article is to observe the fact that for an authentic experience of the Christian faith it is necessary a deep knowledge of the Person of Jesus Christ and, for this, we can make use of the Christological definitions of the Council of Nicaea, which declared that Christ is consubstantial to the Father. We will also observe how the definition of Nicaea is present in the liturgy and pastoral work of the Church. It is a search for answers to those who wish to give reasons for their faith, using the dogmatic definitions of the Church in its early days and as the Church has presented in its recent Magisterium, especially through the Second Vatican Council and Catechism

Keywords: Jesus Christ. Council of Nicaea. Consubstantial. Second Vatican Council. Catechism of the Catholic Church.

Introdução

Os discípulos de Jesus de Nazaré, após a sua vida, morte e ressurreição, empregaram um grande esforço para que a mensagem e a Pessoa de seu Mestre fossem difundidas para o maior número de pessoas possível, inicialmente entre os judeus, posteriormente aos pagãos, pois de acordo com os escritos de Mateus, este era o mandato do Ressuscitado: “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28, 19). A pregação inicial

¹ Licenciado em Filosofia e Bacharel em Teologia pela Faculdade João Paulo II de Marília-SP, tem pós-graduação *Lato Sensu* em Cristologia pelo Centro Universitário Claretiano do Pólo de Assis-SP e, discente do curso de História do Centro Universitário Claretiano do Pólo de Assis-SP

estava baseada na ressurreição de Cristo, razão da fé de seus discípulos: “A este Jesus, Deus o ressuscitou e nós todos somos testemunhas” (At 2, 32).

A religião cristã primitiva, no afã de propagar a vida e a mensagem de Jesus de Nazaré encontrou alguns desafios, por exemplo, como difundir algo vindo do judaísmo para quem não possuía conhecimento algum acerca desta religião? Como ser discípulo de Jesus sem antes professar a sua religião? Tais dificuldades foram sanadas logo no primeiro século com o auxílio da pregação de Paulo, que soube usar dos elementos do paganismo para explicar a nova religião, como no episódio em Atenas em que ele apresenta seu Deus como o deus desconhecido cultuado pelos gregos (Cf. At 17, 16-34); e, para sanar a questão de como ser inserido na comunidade dos cristãos sem ser judeu, bastava seguir as orientações advindas do denominado *Concílio de Jerusalém*, onde se dispensava os pagãos do rito judaico da circuncisão para professar a fé em Cristo (Cf. At 15, 22-29).

Desde o início a Igreja se serviu dos elementos da cultura helênica e de sua filosofia para melhor se apresentar a seus expectadores. Com o avanço do cristianismo a pregação passou da Pessoa de Jesus e seus ensinamentos para a melhor compreensão de Jesus em si mesmo, no que tange a sua natureza, sua relação com a divindade e os seres humanos.

Ainda que as perseguições dos romanos dificultassem o trabalho apostólico da Igreja primitiva, as questões teológicas tomavam conta do cenário eclesial. Após a intervenção de Constantino em 313, foi possível uma discussão em maior alcance, estamos tratando do Concílio de Niceia em 325.

A grande discussão em Niceia foi a respeito da natureza de Cristo e sua relação com Deus Pai, que resultou na definição de ser Cristo *Consubstancial* ao Pai, isto é, ser da mesma natureza de Deus, apesar da Encarnação. Para tratar tais aspectos do cristianismo este artigo terá como fonte as Sagradas Escrituras, com a tradução da Bíblia de Jerusalém; textos dos padres da Igreja e diversos autores para tratar dos antecedentes históricos e teológicos do Concílio de Niceia.

O Dogma a respeito do Cristo professado em Niceia se desenvolveu ao longo dos séculos, sobretudo nos demais concílios em que foram abordadas as questões cristológicas e trinitárias. A Igreja continua a professar tais dogmas e utilizar de seus conceitos para o processo de evangelização. A tarefa empregada neste artigo será visitar alguns textos do Concílio Vaticano II, um concílio chamado de pastoral, pois não houve condenação a qualquer heresia e seus desdobramentos, bem como textos do Magistério

além de uma pequena referência ao Código de Direito Canônico, para encontrar neles aspectos da doutrina de Niceia e assim percebermos como a questão cristológica deste concílio da Igreja primitiva está presente nos dias atuais.

Neste desafio nos debruçamos em textos do magistério de João Paulo II, as contribuições de Ratzinger, além disso, uma sucinta referência à Igreja da América Latina a respeito do que nos aponta o Documento de Aparecida, a chamada de atenção do Papa Francisco, sobretudo na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* e o atual Diretório para a Catequese do Pontifício Conselho para a Promoção da Nova Evangelização.

1. Antecedentes históricos do Concílio de Niceia (325)

A fé professada em Jesus de Nazaré só ultrapassou os limites da Palestina, graças ao empenho de seus discípulos e confiança em seu mandato missionário: “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28, 19). Esse avanço da fé em Jesus de Nazaré, se dá, entre outras razões, ao empenho de Paulo, um judeu convertido ao cristianismo, cuja experiência mística está narrada no livro dos Atos dos Apóstolos (Cf. At 9) e contada em forma de discurso por ele mesmo (Cf. At 22, 1-17).

Os cristãos sofreram muitas perseguições, dentro e fora da Palestina, no entanto, organizaram sua liturgia, sua hierarquia e sua doutrina. Eusébio de Cesareia, no início de sua *História Eclesiástica*, nos diz:

Além disso, as tribulações sobrevindas a toda a nação judaica, logo após as insídias contra nosso Salvador; quantos, quais, em que tempo os ataques dos pagãos contra a palavra divina; os grandes varões que, em várias épocas, por ela suportaram suplícios e combateram até o derramamento de sangue; sobretudo, e entre nós, os testemunhos prestados e a benevolência misericordiosa do Salvador para conosco – tudo isso julguei conveniente transmitir por escrito. (EUSÉBIO DE CESAREIA, 2000, p. 29).

Foram inúmeras as perseguições aos cristãos no Império Romano, por vezes esporádicas e localizadas e, por vezes, generalizadas e sistemáticas. A perseguição empreendida por Nero, por exemplo, levou à morte muitos cristãos, inclusive foi sob seu governo que martirizaram os apóstolos Pedro e Paulo, a respeito desse imperador nos diz Eusébio:

A sede de sangue nele chegou a tal ponto que não poupou nem parentes, nem amigos. Igualmente tratou a mãe, os irmãos, a esposa e inúmeros consangüíneos quais inimigos particulares e públicos, eliminando-os por variados gêneros de morte. [...] Foi também ele, o primeiro de todos os fidalgos inimigos de Deus, que teve a presunção de matar os apóstolos. Com efeito, conta-se que sob seu reinado Paulo foi decapitado em Roma. E ali igualmente Pedro foi crucificado (cf. Jo 21, 18-19; 2Pd 1, 14). Confirmam tal asserção os nomes de Pedro e de Paulo, até hoje atribuídos aos cemitérios da cidade. (EUSEBIO DE CESAREIA, 2000, p. 110).

Vale destacar que, se por um lado havia grande interesse por parte do Estado em ceifar os cristãos por motivos sociais, políticos e religiosos, por outro lado, a fé professada em Cristo crucificado e ressuscitado era a força para enfrentar a perseguição e a morte. No martírio de Perpétua e Felicidade, por exemplo, há o relato de que esta última deu à luz na prisão e em meio às dores de parto foi zombada por um guarda, cuja resposta dada por ela é uma grande profissão de fé, vejamos: “Um dos guardas disse: ‘O que você fará quando estiver na presença do prefeito, se agora já sofre tão cruelmente?’ Felicidade respondeu: ‘Agora sou eu que sofro, mas lá, será Deus que sofrerá no meu lugar’.” (VARAZZE, 2018, p. 973).

Neste período da história da Igreja o martírio não era apenas uma consequência das perseguições pagãs, mas sim algo também desejado pelos cristãos, não em sentido suicida e nem mesmo de desprezo pelo mundo, mas sim com profundo sentido teológico e fé em Jesus Cristo, como Santo Inácio de Antioquia, em sua Carta aos Romanos:

Escrevo a todas as Igrejas e informo-lhes que morro livremente por Deus, se contudo não me impedirdes disso. Rogo-vos: não tenhais para comigo uma benevolência inoportuna! Deixai-me ser pasto das feras, pelas quais chegarei a Deus. Sou trigo de Deus, moído pelos dentes das feras para tornar-me o pão puro de Cristo. [...] Mas, se morrer, tornarme-ei um liberto de Jesus Cristo e ressuscitarei nele, inteiramente livre. (SANTO INÁCIO *apud* GOMES, 1979, p. 39-40).

Assim, mesmo em meio a tantas perseguições a Igreja lutou para a elaboração de sua doutrina. O encontro da cultura judaica com a cultura helênica, sobretudo com os elementos filosóficos, fez com que o cristianismo fosse exposto por conceitos jamais aplicados na cultura semita e nem mesmo utilizados na Sagrada Escritura, gerando diversas discussões e heresias. Neste encontro de culturas podemos constatar que a Igreja fez a sua opção pela Filosofia.

Joseph Ratzinger, em sua obra *Introdução ao Cristianismo*, compara o encontro do cristianismo com a cultura helênica com aquilo que os hebreus tiveram de lidar com a

diversidade de religiões e costumes encontrados na terra prometida, o que fez com que eles buscassem ainda mais a identidade do Deus de Israel, em suas palavras:

A pregação e a fé da Igreja primitiva viram-se novamente às voltas com um ambiente saturado de deuses; por isso, o cristianismo incipiente viu-se colocado diante do mesmo problema que também Israel tivera de resolver na sua origem e durante o confronto com as grandes potências da época do exílio e depois dele. Foi necessário esclarecer novamente qual era o Deus da fé cristã. (RATZINGER, 2015, p. 103).

A Igreja não adequou a sua crença àquelas já existentes na cultura pagã, mas sim, ofereceu algo novo que contribuiu em muito para o avanço da compreensão da nova religião que estava surgindo, assim “o cristianismo primitivo realizou a sua escolha e a sua purificação com determinação e audácia, optando *pelo* Deus dos filósofos e *contra* os deuses das religiões” (RATZINGER, 2015, p. 103). Deste modo, percebemos o caminho trilhado pela Igreja para chegar aos conceitos puramente filosóficos dos quais muitos não se encontram na Sagrada Escritura, mas que fazem parte do seu credo. Houve uma repulsa às religiões pagãs, o que trouxe grandes perseguições aos cristãos, no entanto um grande avanço do ponto de vista do desenvolvimento religioso, Ratzinger exemplifica este processo comparando com os avanços religiosos da religião de Israel, que é o berço do cristianismo:

Decididamente, a Igreja primitiva pôs de lado todo aquele cosmo das religiões antigas, pois via nele apenas ilusão e engano; em seu lugar colocou a sua própria fé que era explicada do seguinte modo: quando falamos Deus, não veneramos nem pensamos em nada disso; o objeto de nosso culto é tão somente o próprio ser, aquilo que os filósofos destacaram como fundamento de todo ser, o Deus acima de todas as potências – esse é o nosso único Deus. Esse processo encerra uma escolha e uma decisão que são tão determinantes e marcantes para o futuro quanto o foram outrora a escolha de El e “yah” em vez de Moloc e Baal, e a evolução de ambos para chegar a Eloim e Javé na direção da ideia do ser. Essa opção significava a opção pelo logos, contra todo e qualquer mito, ou seja, a desmitologização definitiva do mundo e da religião. (RATZINGER, 2015, p. 103-104).

No Prólogo do Evangelho de João encontramos o termo *Logos* identificado com a pessoa do Filho de Deus encarnado, isto é, Jesus Cristo: “E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós, e nós vimos a sua glória, glória que ele tem junto ao Pai como Filho único, cheio de graça e verdade” (Jo 1, 14). Com essas palavras já podemos compreender que o cristianismo primitivo teve de se debruçar em conhecer a identidade de Deus e sua

ação entre os homens, em outras palavras podemos afirmar que estão entrelaçadas a doutrina trinitária e a soteriologia, ou seja, quem é este Deus e como nos salva?

A doutrina trinitária esbarrava na concepção monoteísta da religião, por isso, surgiu nos primeiros séculos a intenção de salvaguardar a unicidade de Deus, baseado nos escritos do Antigo Testamento, por exemplo: “Ouve, ó Israel: Iahweh nosso Deus é o único Iahweh” (Dt 6, 4). Assim, explicar a divindade do Verbo sem ferir a unicidade de Deus e desembocar no politeísmo, tornou-se um desafio, vejamos, pois, algumas compreensões acerca do tema anteriores ao Concílio de Niceia em 325, por exemplo, a heresia *monarquianista*.

O monarquianismo valorizava a supremacia do Pai na relação trinitária, isto é, buscavam salvaguardar a unicidade de Deus, visto que a ideia de consubstancialidade do Filho com o Pai não havia sido desenvolvida, considerando o Filho como um simples homem que, segundo o monarquianismo dinâmico, cujo fundador é Teódoto, “Cristo era apenas um homem da terra, que no momento do batismo teria sido revestido de poder divino” (BIHLMAYER; TUECHLE, 1963, p. 160).

Noeto, presbítero de Esmirna, difundiu a heresia chamada de *monarquianismo modalista*, pois compreendia que Deus “se manifesta a nós de diversos “modos”: Pai, Filho e Espírito Santo” (PADOVESE, 2004, p. 50), para salvaguardar a unicidade de Deus não admitia a existência de mais de uma pessoa em Deus, desembocando no *Patripassionismo*, ou seja, o Cristo encarnado é o Pai, portanto o Pai que sofrera a paixão e a morte (Cf. PADOVESE, 2004).

Para combater a heresia modalista surgiu Tertuliano, um leigo, catequista na Igreja de Cartago. A contribuição de Tertuliano para a Cristologia é imensa, pois foi ele quem introduziu os termos *trinitas* e *persona*, contribuindo assim para com o desenvolvimento do dogma trinitário e melhor compreensão da pessoa do Filho. A respeito da heresia patripassionista, nos diz Tertuliano:

E assim, após certo tempo, um Pai que nasceu, um Pai que sofreu, o próprio Deus onipotente, é anunciado como Jesus Cristo. Nós contudo, como sempre, e tanto mais agora (porque melhor instruídos pelo Paráclito, que introduz em toda verdade), crendo num só Deus cremos na dispensação – como chamamos a “economia” – segundo a qual o único Deus tem também um Filho, sua Palavra que procede dele, pela qual tudo foi feito e sem a qual nada foi feito; (cremos que) esse Filho foi enviado pelo Pai à Virgem e dela nasceu, homem e Deus, filho do homem e filho de Deus, sendo chamado Jesus Cristo; (cremos que) ele sofreu, morreu e foi sepultado, em conformidade com as Escrituras, e, tendo sido exaltado pelo Pai e virá julgar os vivos e os mortos; (cremos

também que) de acordo com a promessa ele enviou do Pai o Espírito Santo Paráclito, santificador de todos aqueles que crêem no pai, no filho e no Espírito Santo. (TERTULIANO apud FOLCH GOMES, 1979, p. 166-167).

Ainda a respeito da heresia modalista, soma-se a compreensão cristológica que distinguia Jesus e Cristo, ou seja, Jesus como Filho e Cristo como Pai, ideia combatida por Tertuliano, conforme nos aponta Padovese: “eles (os modalistas) procuram distinguir, embora no âmbito de uma mesma pessoa, um e outro, o Pai e o Filho, ao dizerem que o Filho é carne, ou seja, o homem, isto é, Jesus; mas que o Pai é o Espírito, ou seja, Deus, isto é, Cristo” (TERTULIANO *apud* PADOVESE, 2004, p. 51).

Dada a compreensão de Tertuliano a respeito do Pai do Filho e do Espírito Santo diversa dos modalistas e adocionistas, partimos para sua contribuição na explicação da pessoa de Cristo. Visto que não se trata de um modo do Pai de se manifestar (modalismo); nem mesmo que Jesus fora um homem qualquer “adotado” por Deus (adocionismo), Tertuliano compreende que há em Cristo duas substâncias ou naturezas: humana e divina, assim “vemos esse duplo estado, não confuso, mas unido numa só pessoa, Jesus, Deus e homem” (TERTULIANO *apud* PADOVESE, 2004, p. 51).

Por fim, todo esse progresso teológico esbarrou no século IV na Doutrina trinitária de Ário, presbítero de Alexandria, que, conforme nos diz Luigi Padovese:

passou a afirmar que só o Pai é não-gerado e sem princípio e, por isso, o único e verdadeiro Deus. Em relação a ele, o Filho havia sido criado antes do tempo e, portanto, lhe era inferior. A filiação divina, que Ário não negava, permanecia, não por natureza porém, mas por adoção ou por graça. (PADOVESE, 2004, p. 53).

Como sabemos a compreensão cristológica implica diretamente na concepção trinitária e conseqüentemente na soteriologia, por isso foi de suma importância uma definição formal por parte da Igreja, é como afirma Daniel Rops: “Nunca, em dois mil anos de história, se há de conhecer heresia tão fundamental. Se Cristo não é Deus, todo o cristianismo desaba e se esvazia da sua substância. Já não há Encarnação nem Redenção” (ROPS, 2014, p. 448). Esta heresia deixava o clima conturbado na Igreja, o que implicava diretamente na política de Constantino, que havia concedido liberdade aos cristãos em 313, por isso um concílio era uma boa saída, pois para o imperador “para um Império unido, uma Igreja unida: esse era o seu lema” (ROPS, 2014, p. 448).

2. O desenvolvimento do Concílio de Niceia e suas definições

Ário acreditava na adoção de Cristo por Deus, o que o faz ser Pai, mas o Verbo é criatura: “Jesus, o Cristo, o Filho, não é como o Pai; não é seu igual nem é da mesma natureza que ele” (ROPS, 2014, p. 448). Em Alexandria, Alexandre o bispo local, condenou a heresia ariana, ao que Ário não deu importância, o que fez com que Alexandre convocasse um sínodo que teve como resultado a condenação da heresia, no entanto presbítero de Alexandria, influente no oriente recorreu a seus companheiros e discípulos que lhe manifestaram apoio como o bispo Eusébio de Nicomédia, o que resultou na ruptura na unidade da Igreja.

Em 324 quando se deu a ascensão definitiva de Constantino que venceu seu cunhado Licínio, a Igreja se encontrava nessas divergências teológicas que ameaçavam a sua unidade, e, conseqüentemente a unidade política dos domínios romanos. A respeito da ascensão de Constantino nos diz o autor da obra *História Eclesiástica*:

Assim, certamente foi abolida toda a tirania e somente Constantino e seus filhos conservavam firmes e incontestado o governo do Império que lhes competia. Antes de tudo, eliminaram do mundo o ódio a Deus, assim, dentre os bens que Deus em sua sabedoria lhes concedera, eles manifestaram por meio de ações realizadas perante todos os homens, principalmente o amor à virtude, o amor a Deus, a piedade e o reconhecimento para com a divindade. (EUSEBIO DE CESAREIA, 2000, p. 110).

O Imperador pouco conhecia da teologia cristã, no entanto, buscou, por meio de cartas, sanar a questão ariana, não obtendo êxito, tornando inevitável a convocação de um Concílio, na cidade de Niceia com o escopo de conseguir a paz no Império, deste Concílio participaram cerca de 300 bispos, sob a presidência de Ósio, o conselheiro de Constantino, também estiveram presentes os delegados do papa, Víto e Vicente, Alexandre, bispo de Alexandria e o diácono Atanásio. (ALBERIGO, 1995).

Um concílio a essa altura era a materialização da unidade da Igreja, os cristãos que outrora estavam esfacelados pelo mundo, agora se uniam como nunca antes:

Precisamos imaginar o estado de feliz exaltação em que se encontravam todos estes homens, o contacto tão comovente entre irmãos que nunca se tinham visto, a prodigiosa reviravolta da situação que fazia dos supliciados da véspera os triunfadores de hoje. Dez anos atrás a maior parte deles – e alguns, apenas um ano antes: os dos territórios de Licínio – tinham vida de proscritos e uma perpétua ameaça pairava sobre as suas cabeças; agora deparavam com o fausto dos palácios, a majestade

das cerimônias, a guarda de honra que lhes apresentava armas. Compreende-se bem que tenham sido imersos a emoção e o reconhecimento. Um bispo disse-o ao Imperador e este respondeu fazendo votos para que, “por meio da união íntima das almas” fosse dada ao mundo “a concórdia, árbitro pacífico e Lei de todos”. (ROPS, 2014, p. 448).

Apesar do intuito de unidade as questões trinitárias e cristológicas traziam divergências, muitos dos participantes do Concílio, buscavam termos presentes na Sagrada Escritura, para fazer referência à verdadeira identidade de Jesus Cristo, no entanto, termos como “que o Verbo é ‘de Deus’, que é ‘Filho de Deus’, que é ‘a força e a imagem do Pai’” (ROPS, 2014, p. 455), poderiam ser interpretadas de forma ambígua, tanto favorecendo os partidários de Ário quanto os seus adversários.

Neste ínterim, surge a figura de Atanásio, até então diácono, e posteriormente bispo de Alexandria, contrário as ideias teológicas de Ário, que apresentou uma nova forma de expor a verdadeira identidade de Jesus Cristo e sua relação com o Pai no mistério trinitário.

A verdade é que todas essas discussões eram vãs. Os partidários mais ou menos declarados de Ário bem podiam lançar mão de todos os recursos da dialética, que tinham contra eles o mais profundo sentimento cristão. Para além de todas as argúcias, havia um ponto que se impunha ao próprio espírito do cristianismo, um ponto em que o diácono Atanásio pusera em foco desde a sua juventude e que era um dado fundamental e uma pedra angular: a Redenção. Ora, a Redenção não terá sentido se não for o próprio Deus que se tenha feito homem, se Cristo não for ao mesmo tempo verdadeiro Deus e verdadeiro homem. “O Verbo se fez carne e habitou entre nós”: esta afirmação de São João pressupõe que o Logos é plenamente Deus e não um homem divinizado à maneira pagã. O Filho não é uma criatura; existiu sempre e sempre se conservou ao lado do Pai, unido a Ele, distinto mas inseparável; foi sempre infalível e perfeito. Foi isto que o Concílio exprimiu ao afirmar que o Filho é *consustancial* ao Pai. (ROPS, 2014, p. 455).

O termo apresentado por Atanásio, apesar de ser extra bíblico, levou à condenação de Ário por parte da reunião conciliar; a palavra *homooúsios*, que quer dizer da mesma substância, foi chancelada como a perfeita definição dogmática para a identidade de Jesus Cristo, porém os partidários de Ário, de forma sutil, utilizaram da gramática aplicando o termo *homoioúsios*, que embora parecido graficamente com o termo chancelado não tem o mesmo significado, mas sim, dando margem para a interpretação ariana, pois significa da mesma substância semelhante. (ROPS, 2014).

O credo que resultou deste Concílio afirmou a compreensão de Trindade, bem como a Cristológica, ao definir que o Verbo não é criatura, mas igual ao Pai, gerado, não criado como pregavam os arianos, que foi o Verbo que encarnou que sofreu e ressuscitou e que subiu aos céus. O termo usado para designar que o Filho é igual ao Pai foi a palavra *homooúsios*, ou seja, consubstancial, os dois são o mesmo Deus. Assim se expressa Giuseppe Alberigo a respeito das definições de Niceia:

A profissão de fé de Niceia não se limitava ao símbolo propriamente dito em três artigos, mas incluía também alguns anatematismos. Eles apresentavam a denúncia renovada e circunstanciada do arianismo, modelando-se em parte nos anatematismos contidos na profissão de fé do sínodo Antioqueno de 324/325. O primeiro é dirigido contra a negação da eternidade do Filho e tem em vista o *slogan* “houve um tempo em que ele não existia” (Dossetti, 235.12). O segundo e o terceiro reforçam a doutrina da geração eterna, condenando a ideia de que o Filho “antes de nascer, não era” (236.13) e “nasceu do nada” (238.14). no quarto rejeita-se a doutrina segundo a qual o Filho deriva “de outra hipóstase ou substância” (*ecs heteras hypostáseos eousias: 238.14*) em relação ao Pai. (ALBERIGO, 1995, p. 32).

Niceia deixa claro que o Filho é gerado do Pai, em contraposição a Ário, que afirmava ser o Verbo criatura. Apesar das diversas opiniões em se fazer ou não a redação de um novo símbolo, o Concílio adotou um texto, cuja validade permanece até nossos dias, vejamos:

“Nós cremos em um só Deus,
Pai todo-poderoso, criador [do céu e da terra],
De todas as coisas visíveis e invisíveis;
E em um só Senhor, Jesus Cristo, Filho [Unigênito] de Deus,
gerado, monógeno do Pai, isto é, da essência do Pai,
Deus de Deus, luz da luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro,
Gerado, não criado, Consubstancial ao Pai,
Por quem todas as coisas foram feitas, *tanto o que existe no céu, como na terra,*
que, por nós homens e por nossa salvação, desceu [dos céus], encarnou [pelo Espírito Santo no seio da Virgem Maria] e se fez homem, [também por nós foi crucificado,] padeceu [sob Pôncio Pilatos, e foi sepultado].
Ressuscitou ao terceiro dia [conforme as Escrituras], subiu aos céus [onde está sentado à direita do Pai, e]
Donde há de vir [na sua glória] para julgar os vivos e os mortos [E o seu reino não terá fim].
E cremos no Espírito Santo”. (ROPS, 2014, p. 457).

Assim, observamos que, para a correta compreensão da identidade de Jesus Cristo, se faz necessário nos debruçarmos sobre sua ação no mundo, isto é, a redenção dos homens. É mediante a ação de Cristo que conhecemos quem Ele é e a quem veio revelar.

3. A afirmação do dogma cristológico desenvolvido em Niceia nos dias atuais

A Igreja continua fiel ao mandado de Jesus Cristo de proclamar a Boa Nova, entretanto, para cada época se faz necessário um modo novo de evangelizar, isso não significa que haja uma alteração na fé professada, mas sim se deve debruçar em buscar meios de que a pregação seja compreendida por homens de diversos tempos e culturas.

Uma das dificuldades no anúncio da doutrina enfrentadas atualmente pela Igreja está em aceitar que a fé se trata de um evento eclesial, ou seja, não se trata de uma crença e devoção individualista, cada artigo de fé professado foi crido e compreendido na eclesialidade e, por esse motivo, não tem sentido uma fé que exclua a comunidade dos crentes, nem tampouco se torna possível afirmar que se professa a fé da Igreja sem crer em um dos artigos presentes no Credo ou ainda não compreendê-lo em profundidade. Joseph Ratzinger, em sua obra *Dogma e Anúncio*, tratando de modo particular a respeito da pregação nos diz:

O pregador não anuncia por iniciativa própria, nem por encargo de qualquer comunidade particular ou de algum outro grupo, mas por incumbência da Igreja, que é uma em todos os lugares e todas as épocas. Como a sua própria fé só pode subsistir eclesiasticamente, também a palavra que a desperta e a sustenta tem necessariamente caráter eclesiástico. (RATZINGER 2013, p. 23).

Podemos afirmar que a propagação da fé em Jesus Cristo nos dias atuais é ampla, porém, com o avanço do protestantismo, bem como a facilidade em crer sem se comprometer, por vezes, até por causa da insatisfação dos fiéis com algumas posturas dos líderes eclesiásticos. Corremos o risco de perder a concepção de que a fé é eclesial e não individual, o que compromete a melhor compreensão dogmática, por exemplo, a professada no Concílio de Niceia em 325. A respeito deste fato assevera o papa emérito:

Parece-me que hoje esse ponto de vista está rapidamente desaparecendo da consciência: a fé algumas vezes é concebida de forma completamente atualista, como algo vindo puramente de cima. [...] Nesse caso, a Igreja aparece como a organização dos crentes; na hipótese mais favorável, como a conexão externa de

que eles precisam. Mas o modo como ele se concretiza não tem nada a ver com a fé, ou antes, é até sentido como um impedimento para ela: fé, sim; Igreja, não; Cristo, sim; Igreja, não. (RATZINGER 2013, p. 23).

Cresce também, em nossos dias, a busca pela compreensão da Sagrada Escritura e muitos fiéis desejam encontrar as afirmações dogmáticas da Igreja ao longo dos séculos. tal qual se apresentam, nas Sagradas Escrituras, sob a condição de crer ou não nos dogmas, além das compreensões de que o cristianismo puro é aquele anterior às postulações dogmáticas, como as apresentadas pelo professor e historiador Luterano, Harnack:

Para Harnack, é preciso buscar o verdadeiro cristianismo na pregação de Jesus e como ela refletiu-se entre os primeiros discípulos. A substância do Evangelho seria, portanto a fé em Deus Pai revelado em Jesus e o amor ao próximo. Este é o elemento interior, substancial, grande e permanente do Evangelho. Junto a esse elemento interior, o Evangelho – devido às circunstâncias locais, linguísticas e culturais no qual foi escrito – foi revestido de um elemento exterior ao qual o historiador deve estar atento para não sair do essencial. Segundo o professor Harnack, depois da morte de Jesus a comunidade cristã começou a dogmatizar o cristianismo. [...] o Evangelho teria sido fundido com a filosofia grega. (COSTA, 2014, p. 130-131).

A Igreja, por sua vez, atesta também o valor da Tradição como transmissão da fé revelada. A Sagrada Escritura e a Sagrada Tradição são os pilares para a melhor compreensão da Revelação, cuja plenitude é Jesus Cristo, assim se expressou o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) em sua Constituição Dogmática *Dei Verbum*:

A Sagrada Tradição e a Sagrada Escritura estão portanto entre si estreitamente unidas e comunicantes. Pois promanam ambas da mesma fonte divina, formam de certo modo um só todo e tendem para o mesmo fim. Com efeito, a Sagrada Escritura é a Palavra de Deus enquanto é redigida sob a moção do Espírito Santo; a Sagrada Tradição, por sua vez, transmite integralmente aos sucessores dos Apóstolos a Palavra de Deus confiada por Cristo Senhor e pelo Espírito Santo aos Apóstolos para que, sob a luz do Espírito de verdade, eles por sua pregação fielmente a conservem, exponham e difundam; resulta, assim, que não é através da Escritura apenas que a Igreja deriva sua certeza a respeito de tudo que foi revelado. Por isso ambas [Escritura e Tradição] devem ser aceitas e veneradas com igual sentimento de piedade e reverência. (DV, 2000, n. 9).

Baseada na expressão conciliar supracitada, podemos afirmar que negar o valor das definições dogmáticas, mesmo com elementos extra bíblicos, é negar a assistência do

Espírito Santo no seio da Igreja e, se faz necessário, ir mais longe à compreensão da fé cristã para compreender que até mesmo a Sagrada Escritura foi compilada para sua leitura na Igreja. Há uma tradição oral anterior à letra da Escritura, e isso não pode ser menosprezado.

Também a Bíblia, como forma básica e regra fundamental de toda a proclamação, é palavra eclesiástica e, por isso, só no contexto da Igreja pode ser entendida *como* Bíblia. Construir a Bíblia nitidamente como algo diferente da Igreja, é, em última análise, uma ficção: já ao originar-se, ela é apenas a expressão da fé comum. Vemos sempre com mais clareza que a inspiração não é um processo individual-carismático, mas essencialmente eclesiástico-histórico, enquadrado em todo o processo da tradição, da história das formas e da redação. [...] O sujeito humano da Bíblia é a Igreja; ela é ao mesmo tempo, o lugar da passagem do espírito humano ao *pneuma*, ao espírito do corpo comum de Jesus Cristo e, conseqüentemente, o lugar possível da inspiração como tal. Por isso, embora uma ciência separada da Igreja possa chegar a compreensões importantíssimas sobre partículas isoladas da Escritura, contudo, como Bíblia, só pode ser entendida eclesiasticamente e apenas a partir do seu sujeito, sem o qual nem sequer seria Bíblia. (RATZINGER 2013, p. 23).

Outro elemento importante, que está presente no Concílio Vaticano II, e que evoca indiretamente a definição de Niceia, é a antropologia presente na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, que, de certa maneira, contribui como um incentivo para a prática missionária da Igreja, estamos tratando da união íntima de Jesus Cristo com a humanidade, bem como a sua missão. Se em Niceia a questão da soteriologia contribuiu para a melhor compreensão da identidade de Cristo e as formulações trinitárias, hoje, a identidade de Cristo melhor compreendida no seio da Igreja, faz com que esta última, compreenda sua missão em proclamar a Redenção a todos os povos. Nas palavras do Concílio:

Novo Adão, na mesma revelação do mistério do Pai e de seu amor, Cristo manifesta plenamente o homem ao próprio homem e lhe descobre a sua altíssima vocação. Não é portanto de se admirar que em Cristo estas verdades encontrem sua fonte e atinjam seu ápice. [...] por Sua encarnação, o Filho de Deus uniu-Se de algum modo a todo homem. (GS, 2000, n. 22).

Comentando este parágrafo em sua obra *A fé de Ratzinger: a teologia do Papa Bento XVI*, a teóloga australiana, nos diz que:

O ponto central do referido tópico 22 é que a pessoa humana compreende sua identidade somente na medida em que está aberta para

o relacionamento com Cristo. A Cristologia é considerada necessária para qualquer antropologia corretamente entendida. Cristo é o Adão escatológico já apontado pelo primeiro Adão, a verdadeira imagem de Deus que transforma o homem, mais uma vez, na semelhança de Deus. Enfatizando este parágrafo, João Paulo II e Ratzinger buscaram arrefecer qualquer potencial secularizante do documento. Se a Cristologia é um componente necessário de qualquer antropologia apropriada, o humanismo secular é sempre inadequado. (ROWLAND, 2013, p. 60).

O Concílio continua associando a antropologia à cristologia, dando ênfase à universalidade daquilo que é operado por Cristo, e só por ele, único mediador entre Deus e os homens (Cf. 1Tm 2, 5):

Isto vale não só para os cristãos, mas também para todos os homens de boa vontade em cujos corações a graça opera de modo invisível. Com efeito, tendo Cristo morrido por todos e sendo uma só a vocação última do homem, isto é, divina, devemos admitir que o Espírito Santo oferece a todos a possibilidade de se associarem, de modo conhecido por Deus, a este mistério pascal. (GS, 2000, n. 22).

Deste modo, se é possível afirmar que o homem possui uma vocação divina, e essa se dá plenamente na união do mistério pascal de Cristo, então se pode afirmar indiretamente a *consustancialidade* do Filho com o Pai, e que isto relacionado à Encarnação, torna possível a Salvação dos homens, assim o termo utilizado em Niceia melhor explicita os fundamentos para a afirmação da salvação em Cristo, no qual o homem alcança sua vocação. Trata-se de algo tão profundo que a Igreja compreende que, mesmo que não haja uma ação missionária para proclamar o Cristo a todos os povos, a união dos homens com o Verbo encarnado é operada de modo invisível, porém isto não isenta a Igreja de cumprir com sua missão, ao contrário, aumenta sua responsabilidade para que a humanidade conheça o Cristo de maneira plena, pois como nos atesta João Paulo II, observando que muitos ainda ignoram a Cristo:

Não podemos ficar tranquilos, ao pensar nos milhões de irmãos e irmãs nossas, também eles redimidos pelo sangue de Cristo, que ignoram ainda o amor de Deus. A causa missionária deve ser, para todo crente tal como para toda a Igreja, a primeira de todas as causas, porque diz respeito ao destino eterno dos homens e responde ao desígnio misterioso e misericordioso de Deus. (RM, 1991, n. 86).

A Igreja segue, portanto, proclamando o dogma de Niceia em suas liturgias, em suas catequeses, bem como em seus atos jurídicos.

A Instrução do Missal Romano orienta:

O símbolo ou profissão de fé tem por objetivo levar todo o povo reunido a responder à Palavra de Deus anunciada da Sagrada Escritura e explicada pela homilia, bem como, proclamando a regra da fé por meio de fórmula aprovada para o uso litúrgico, recordar e professar os grandes mistérios da fé, antes de iniciar sua celebração na Eucaristia. (IGMR, 2017, n. 67)

O atual Diretório para a Catequese, elaborado pelo Pontifício Conselho para a Promoção da Nova Evangelização, trata da catequese como uma responsabilidade de todos os fiéis; e, para os fiéis leigos que se dispõem a essa árdua tarefa, insiste na formação de qualidade, sendo Jesus Cristo o eixo principal:

A finalidade cristocêntrica da catequese molda toda a formação dos catequistas e a eles pede que sejam capazes de animar o percurso da catequese, de modo a trazer à tona a centralidade de Jesus Cristo na história da salvação. (PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO, 2020, n. 132).

No que se refere ao conteúdo que deve estar presente na formação dos catequistas e ser devidamente explicitado na catequese está o Credo, que contém os frutos das discussões de Niceia, atestando o quanto suas definições são atuais e ter um caráter de defesa da fé: “um conhecimento de tipo apologético, que mostra que a fé não se opõe à razão e evidencia as verdades de uma correta antropologia” (PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO, 2020, n. 145).

No Catecismo da Igreja Católica se faz menção ao Concílio de Niceia ao tratar da identidade de Jesus Cristo: “verdadeiro Deus e verdadeiro homem” (CIC, 2000, n. 464) E, por fim, no Código de Direito Canônico, em seu Livro III – Do múnus de ensinar da Igreja, no Título V – Da profissão de fé; se pede que seja feita a profissão de fé por parte daqueles que vão assumir ofícios eclesiais. (Cf. CDC, 2017, cân. 833), cuja orientação é de que seja o Credo Niceno-Constantinopolitano.

O Episcopado da Igreja da América Latina e do Caribe em sua V Conferência Geral, ocorrida em Aparecida – SP, insistiu na experiência com a Pessoa do Verbo encarnado que transforma a vidas das pessoas e de suas comunidades:

Em nossa Igreja devemos oferecer a todos os nossos fiéis um “encontro pessoal com Jesus Cristo”, uma experiência religiosa profunda e intensa, um anúncio *querigmático* e o testemunho pessoal dos evangelizadores, que leve a uma conversão pessoal e a uma mudança de vida integral. (DAp., 2007, n. 226).

Enfim, diante da compreensão teológica do Concílio de Niceia, bem como a sua contribuição para a missão da Igreja, sabedores da identidade de Jesus Cristo e sua missão entre os homens, recordamos as palavras do Papa Francisco em sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*: “Saíamos, saíamos para oferecer a todos a vida de Jesus Cristo!” (EG, 2013, n. 49).

Considerações finais

O encontro do cristianismo com a cultura grega, favoreceu um enriquecimento na compreensão acerca da doutrina de Cristo, isso não significa que a abertura para conceitos que não estavam presentes nos Escritos Sagrados, modificou a compreensão dos discípulos de Jesus a respeito de seu Senhor, mas sim, fez com que, no processo de Evangelização a Sua Pessoa fosse melhor compreendida.

O que a Igreja fez no Concílio de Niceia é legitimamente o que atualmente denominamos inculturação, ou seja, não se retira e não se acrescenta nada na doutrina a respeito da fé, porém, faz com que esta mesma fé seja melhor compreendida. O fato das definições de Niceia terem sido úteis naquele período histórico, não significa que cada geração de cristãos necessite refazer a seu modo o Credo, pois se trata de conceitos compreensíveis, desde que analisados sob a ótica filosófica. Trata-se, na verdade, de um bom exemplo de que é possível fé e razão andarem juntas.

Atualmente, no processo de evangelização, é necessária uma boa formação e compreensão dos termos definidos no Concílio de Niceia, até mesmo, pelo fato de que o Símbolo resultante deste Concílio se tornou uma oração de cunho litúrgico. Cabe salientar, que utilizar expressões não presentes na Sagrada Escritura para melhor apreender a doutrina de Cristo, não significa excluir a Palavra de Deus, porém compreender que a base da fé Católica está, não só, mas também, na Sagrada Tradição, como bem nos atesta o Concílio Vaticano II.

Por fim, todo este empreendimento intelectual para conhecer a Jesus Cristo mais e melhor deve se transformar em ação missionária. Parafraseando o Papa Francisco, podemos afirmar, que o conhecimento dogmático aprofundado nos faz, de fato, Igreja em saída, pois sabemos o que vai ser anunciado fora dos limites eclesiais, mantendo assim, a tão desejada, unidade da Igreja.

Referências

- ALBERIGO, Giuseppe. **História dos Concílios Ecumênicos**. São Paulo: Paulus, 1995.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.
- BIHLMUEYR, Karl; TUECHLE, Hermann. **História da Igreja: Antiguidade Cristã**. São Paulo: Edições Paulinas, 1963. v. 1.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. São Paulo: Loyola, 2017.
- CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática *Dei Verbum*: sobre a revelação divina. In: Frederico (Org.). **Compêndio Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*: sobre a Igreja no mundo de hoje. In: Frederico (Org.). **Compêndio Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL LATINO-AMERICANO – CELAM. **Conclusões da Conferência de Aparecida**: texto conclusivo da V Conferência Geral do episcopado Latino- Americana e do caribe. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2007.
- CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E A DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS. **Instrução Geral do Missal Romano e Introdução ao Lecionário**. Brasília: Edições CNBB, 2008.
- COSTA, Françoá. **Nos caminhos da cristologia primitiva**. DE MAGISTRO DE FILOSOFIA. Anápolis, Ano VII- n. 14, p. 130- 147, 2º semestre. 2014.
- EUSÉBIO DE CESAREIA. **História Eclesiástica**. São Paulo: Paulus, 2000. (Patrística).
- FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium**: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013.
- GOMES, Cirilo Folch. **Antologia dos santos padres**: páginas seletas de antigos escritores eclesiais. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.
- JOÃO PAULO II, PAPA. **Carta Encíclica Redemptoris Missio**: sobre a validade permanente do mandato missionário. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.
- PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO. **Diretório para a catequese**. 2 ed. Brasília: Edições CNBB, 2020.
- RATZINGER, Joseph. **Dogma e Anúncio**. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2017.
- RATZINGER, Joseph. **Introdução ao Cristianismo**: Preleções sobre o Símbolo Apostólico com um novo ensaio introdutório. 8 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.
- ROPS, Daniel. **A Igreja dos Apóstolos e dos Mártires**. 3 ed. São Paulo: Quadrante Editora, 2014.
- ROWLAND, Tracey. **A Fé de Ratzinger**: A Teologia do Papa Bento XVI. São Paulo: Ecclesiae, 2013.
- VARAZZE, Jacopo de. **Legenda Áurea**: vidas de santos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Recebido em: 16/01/2023
Aprovado em: 10/03/2023